



Como custa a vida

Osvaldo Cabral osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Nós últimos dias andamos todos absorvidos com a crise sísmica em S. Jorge e não demos conta do disparo de preços de bens essenciais, que vai provocar uma enorme queda do poder de com-

As grandes superfícies comerciais ainda estão a escoar alguns produtos em stock a preços antigos, mas no final deste mês todos nós vamos sentir na carteira como é que o custo de vida, de repente, disparou.

No continente o poder de compra teve uma perda em março que se vai refletir este mês na nossa economia, com o disparo da inflação para os 5,2%, o valor mais alto desde há 28 anos. Só lá para meados deste mês (dia 12) saberemos como é que a

inflação galopou na região em março, mas é de contar com mais uma subida acentuada, que se agravará ainda mais em abril.

A escalada de preços já é evidente em muitos produtos que importamos, com a agravante da aspiral ser impulsionada pelos preços dos combustíveis, que vão continuar a não dar tréguas.

Não se percebe, por isso, a atitude do governo dos Açores, ao não colocar um travão nos preços, permitindo uma subida inesperada de dois dígitos no primeiro dia de abril.

Também não se compreende como é que, numa instabilidade desta natureza, o prazo para rever os preços na região seja mensal, quando no continente é semanal. Coisas da nossa originalidade insular...

Outra má notícia é a de que os preços dos bens alimentares não transformados estão a aumentar acima da média geral dos preços do país.

Longe vão os tempos em que estivemos às portas da deflação, com uma taxa de variação média de 0,05% em Janeiro de 2021, terminando em Dezembro com 0,92%.

E o mais interessante é que os produtos alimentares vieram sempre a descer ao longo do ano (de 1,47 em Janeiro 2021 para -0,04 em Dezembro), enquanto as taxas de variação dos trans-portes, habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis mantiveram uma tendência de crescimento.

A nossa forte dependência do exterior é um problema sério que se agrava cada vez mais, sabendo-se que mais de 50% daquilo que importamos são produtos alimentares e bebidas.

No global, são mais de 140 milhões de euros que, todos os anos, pagamos ao exterior para nos enviarem produtos (60 milhões de euros é para produtos alimentares e bebidas). Há 30 anos pagávamos apenas 18 milhões de euros pelo que importávamos.

Em Fevereiro deste ano já vamos com uma taxa média de inflação de 1,05% (0,06 em Fevereiro do ano passado), com os produtos energéticos a dispararem para 8,08, quando há um ano estava no negativo (-6,47).

A única boa notícia é a de que se perspectiva um ano turístico igual ou melhor do que antes da pandemia, ajudando a melhorar as fontes de rendimento da nossa economia.

Outra boa perspectiva são os fundos de Bruxelas que estão aí à porta, faltando apenas saber se haverá rasgo neste governo para aplicar tantos milhões em coisas produtivas e que criem riqueza ou se, como muitos receiam, serão para distribuir novamente pe-

Com o novo cenário que agora enfrentamos, criado pela crise de guerra, espera-se que os planos iniciais sejam alterados, sobretudo os que projectavam a atribuição de grande parte dos fundos comunitários para o sector da administração pública.

E um dos planos que deve ser revisto de alto a baixo é o POA 2030, que já ia desajustado da realidade e que, agora, ficou mesmo sem credibilidade nenhuma.

É um documento muito fraco que teima em continuar com as mesmas soluções dos modelos anteriores, o que, certamente, não terá resultados diferentes.

E se é para manter uma política sem rasgos, como temos assistido até aqui, também não se vislumbram melhores alternativas.

Adivinham-se, portanto, dias difíceis, sobretudo para os mais



carenciados.

Se este governo continuar enredado nas suas tricas internas, mantendo estratégias iguais e governantes sem chama, então estamos bem amanhados.

É preciso mais agilidade, decisões sem medo e mais acção. Com mais dois ou três Clélios e este governo teria outro fôle-

Caso contrário, é que nem os fundos de Bruxelas nos salvarão.

SEM DO NEM PIEDADE - De repente, parece que os deputados regionais do PS perderam a memória e toca a exigir do governo exactamente o contrário daquilo que defendiam quando estavam no poder.

É penoso assistir aos requerimentos e comunicados de tantos deputados socialistas, pedindo para ontem a resolução de tantos problemas que não conseguiram resolver em 24 anos de governação.

Na última semana houve mesmo um deputado, do Corvo, que foi apanhado em flagrante e, claro, foi imediatamente cilindrado com um rolo compressor, sem dó nem piedade, pelo deputado Paulo Estêvão.

O parlamentar socialista criticava o Governo Regional por não manter, entre Abril e Junho de 2022, as ligações aéreas ao domingo entre a ilha do Corvo e o exterior, quando no tempo do governo do seu partido jamais se realizava esse tipo de voos.

Paulo Estêvão veio lembrar que o mesmo deputado que se queixa da interrupção da realização dos voos ao domingo é o mesmo que, em 2019, votou contra a sua realização, numa proposta do PPM no parlamento, com o seguinte argumento:

'Não existem indicadores que permitem justificar objetivamente com o racional económico uma oferta superior para o Corvo do que aquela que está prevista para o verão 2019. Acresce referir que a adição de frequências Horta/Corvo/Horta ao fim de semana é possível em termos da disponibilidade de equipamento, mas requer mais recursos humanos, nomeadamente ao nível de handling e estrutura aeroportuária, agravando o défice de exploração da rota.

É cada pérola...